



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
GABINETE DA PREFEITO

Lei Municipal N.º 497/2023.

Dispõe sobre a criação do Programa Renda Cidadã destinado à concessão de bolsa-auxílio, em razão da vulnerabilidade social e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE CAIANA, Estado da Paraíba, no uso das suas atribuições legais, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal em Sessão extraordinária, **APROVOU** e ele **SANCIONA** e **PROMULGA** a seguinte lei:

CAPÍTULO I
DA DEFINIÇÃO

Art. 1º Fica instituído, no município de São José de Caiana, “PROGRAMA RENDA CIDADÃ” de Combate à Fome e Incentivo à Inclusão Produtiva, denominado de “BOLSA CIDADÃ” coordenado pela Secretaria Municipal de Assistência Social do município.

Art. 2º O programa visa a garantir o direito à renda mínima e a inclusão produtiva, destinando-se às pessoas ou famílias que se encontrem em situação de extrema vulnerabilidade social e/ou de extremo risco social, conforme o disposto nessa lei.

§ 1º São consideradas em situação de vulnerabilidade as famílias ou pessoas que se encontrem em situação de fragilidade pessoal e social, por decorrência da impossibilidade de geração de renda e por mudanças de vida natural ou social.

§ 2º Em situação de risco social consideram-se as famílias ou pessoas expostas às situações de violação de seus direitos.

Art. 3º O Programa Municipal de Combate à Fome e Incentivo à Inclusão Produtiva - “BOLSA CIDADÃ” poderá complementar programas de transferência de renda ou similares de outras esferas de governo que estejam em execução no Município, desde que não haja prejuízo ao recebimento por parte do beneficiário, assim como, não será considerado para cálculo da renda per capita da composição familiar do beneficiário do Programa.

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS

Art. 4º O programa tem como objetivos:



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
GABINETE DA PREFEITO

I – propiciar acesso aos direitos fundamentais preconizados pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelas leis que a regulamentam;

II – garantir o cumprimento e a efetivação das leis federais e das leis afetas à política pública de Assistência Social, à primeiríssima e primeira infância, direitos da criança e do adolescente, direitos da pessoa com deficiência, direitos do idoso, direitos da mulher, direito social à alimentação adequada e direito ao trabalho decente e geração de renda;

III – propiciar condições para melhoria da qualidade de vida do público-alvo, visando à sua emancipação e autonomia por meios de ações integradas das políticas públicas;

IV – promover o fortalecimento de vínculos familiares e da convivência comunitária, por meio de atividades socioeducativas e de ações que fomentem a convivência coletiva;

V – promover estratégias de qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho através de oferecimento de cursos de qualificação profissional; e

VI – estimular a inserção dos beneficiários no mercado de trabalho por meio de encaminhamento ao trabalho assalariado, ao empreendedorismo, ao trabalho autônomo e ao trabalho associado no modelo da economia solidária.

CAPÍTULO III

DOS REQUISITOS PARA INSERÇÃO NO PROGRAMA

Art. 5º Para a inserção no programa, as pessoas ou famílias deverão apresentar condições de extrema vulnerabilidade social e/ou situação de extremo risco social, além de aceitarem a inclusão nos serviços ofertados pela Política Pública de Assistência Social e nas ações de Incentivo à Inclusão Produtiva.

Parágrafo único: A análise da extrema vulnerabilidade social será avaliada por técnico de referência que referencia o CRAS do município, uma vez que, a matricialidade familiar dos beneficiários do Programa são acompanhadas no PAIF.

Art. 6º São requisitos para a inserção no programa:

I – inclusão no Cadastro Único para Programas Sociais com os dados atualizados, inclusive os referentes à renda declarada da família;

II – comprovação de que reside no Município de São José de Caiana-PB há, pelo menos, 12 (doze) meses;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
GABINETE DA PREFEITO

III – inserção, atendimento ou acompanhamento pelos equipamentos públicos de assistência social, de execução direta e/ou de execução indireta, ou pelas entidades da rede socioassistencial devidamente cadastradas nos respectivos conselhos municipais de garantia de direitos;

IV – renda per capita mensal de até 40% (quarenta por cento) do salário mínimo;

V – presença de condições de vida que levem à exposição a riscos pessoais e/ou sociais, devidamente comprovados pelos técnicos da Política Municipal de Assistência Social, mediante relatório técnico que indique a extrema vulnerabilidade social e econômica;

VI - não ser beneficiário no mesmo período, de seguro – desemprego ou de qualquer outro programa de benefícios por desemprego;

VII - ter avaliação de profissional assistente social da rede municipal, atestando a hipossuficiência de renda para suprir suas necessidades e a sua qualidade de vida, e ou de sua família.

§ 1º Para a composição da renda per capita mencionada no inciso III do “caput” deste artigo, não serão contabilizadas as rendas advindas de outros programas de transferência de renda.

§ 2º A comprovação dos riscos de que trata o inciso IV do “caput” deste artigo se dará por relatório das equipes técnicas dos serviços que compõem a Política Pública Municipal de Assistência Social e será analisada pelo Comitê Municipal “Bolsa Cidadã”, nomeado pelo Chefe do Poder Executivo e fiscalizado pelo Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

§ 3º Os beneficiários serão inseridos no programa a partir de indicação dos serviços de proteção social básica e/ou especial da Secretaria Municipal de Assistência Social e da validação pelo Comitê Municipal “BOLSA CIDADÃ”.

§ 4º O beneficiário ou responsável deverá manifestar sua adesão ao programa por meio de assinatura de termo de compromisso.

CAPÍTULO IV

DAS CONDIÇÕES DO PROGRAMA

Art. 7º. O Programa de Renda Cidadã, de caráter assistencial, terá sua execução e orientação exercida através da Coordenadoria do Programa, cujos membros serão designados, entre servidores públicos municipais, por portaria do Prefeito, sendo sua precípua finalidade a



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
GABINETE DA PREFEITO

de proporcionar auxílio na renda de pessoas físicas em caráter temporário, para até 200 (duzentas) pessoas com idade mínima de 16 (dezesesseis) anos, integrantes da parte do público alvo e com residência fixa no Município de São José de Caiana, PB.

CAPÍTULO V
DA PRIORIDADE NO ATENDIMENTO

Art. 8º Nos casos em que for necessária a priorização dos atendidos pelo programa face aos limites orçamentários e financeiros, fica estabelecida a seguinte ordem de preferência para o atendimento:

I – adultos em situação de desemprego e/ou com ausência de qualificação profissional, desde que não seja beneficiário do seguro- desemprego e da Previdência Social pública ou privada;

II – família com maior número de crianças e adolescentes com idade inferior a 18 (dezoito) anos;

III – pessoa com mais de 60 (sessenta) anos ou família com membro com mais de 60 (sessenta) anos;

IV – família com membro com deficiência e/ou pessoa incapacitada para a vida independente e para o trabalho;

V– mulheres vítimas de violência doméstica mediante comprovação de atendimento pela rede protetiva;

VI – família chefiada por mulher;

VII – adolescente em situação de extrema vulnerabilidade e/ou de extremo risco social;

VIII – família com membro em situação de privação de liberdade sem direito ao auxílio reclusão;

IX – pessoa em situação de rua ou em atendimento nos serviços de acolhimento;

X– pessoa egressa do sistema penitenciário ou cumprindo medida socioeducativa, ou família com membro egresso do sistema penitenciário ou cumprindo medida socioeducativa; e

XI – família residente em área de risco.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
GABINETE DA PREFEITO

Parágrafo único. A quantidade de famílias atendidas no programa ficará condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira do Município.

CAPÍTULO VI

DO COMITÊ MUNICIPAL “BOLSA CIDADÃ”

Art. 9º Fica criado o Comitê Municipal “Bolsa Cidadã”, constituído com o objetivo de avaliar as inserções e desligamentos dos beneficiários de acordo com critérios previamente estabelecidos e divulgados, e de monitorar e avaliar o programa.

Art. 10 O Comitê Municipal “BOLSA CIDADÃ” será composto por:

I – 2 (dois, sendo 1 titular e 1 suplente) representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social;

II – 2 (dois, sendo 1 titular e 1 suplente) representante da Secretaria Municipal de Finanças;

III – 2 (dois, sendo 1 titular e 1 suplente) representante da Secretaria Municipal da Educação;

IV – 2 (dois, sendo 1 titular e 1 suplente) representante da Secretaria Municipal de Saúde;

V – 2 (dois, sendo 1 titular e 1 suplente) representante da Secretaria Municipal de Administração .

CAPÍTULO VII

DO BENEFÍCIO

Art. 11. Observados todos os critérios para a concessão, o benefício municipal de transferência de renda em favor de cada beneficiado, na complementação de renda, no valor de R\$ 100,00 (cem reais), podendo chegar ao máximo a R\$ 200,00 (duzentos reais) a cada família, independente de outros aspectos intervenientes, como renda familiar e número de componentes da família, nos critérios dessa lei.

Art. 12. O benefício será concedido pelo prazo de até 12 (doze) meses, podendo ser



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
GABINETE DA PREFEITO

prorrogado, por igual período, mediante avaliação do Comitê Renda Cidadã e avaliado pelo Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS que efetua o Controle Social.

Art. 13. O benefício poderá ser suspenso ou revogado a qualquer tempo por superação das condições determinantes para a concessão ou pelo descumprimento das metas e objetivos estabelecidos dispostos nesta lei, conforme avaliação do Comitê Municipal “Bolsa Cidadã”.

CAPÍTULO VIII

DAS EXIGÊNCIAS PARA RECEBIMENTO DO BENEFÍCIO

Art. 14 . Para o efetivo recebimento do benefício, os beneficiários deverão:

- I – estar inseridos, atendidos ou acompanhados pelos equipamentos públicos de Assistência Social, de execução direta e/ou de execução indireta, ou pelas entidades da rede socioassistencial devidamente cadastradas nos respectivos Conselhos Municipais de Garantia de Direitos;
- II – garantir a frequência escolar de crianças e adolescentes que integram o núcleo familiar; e
- III – comprovar, quando necessário, a realização de atendimento pela rede municipal de saúde, nomeadamente na área da prevenção e da imunização.

Art. 15. Os beneficiários do programa que descumprirem as exigências de participação serão notificados por 3 (três) vezes, sendo que na terceira notificação serão desligados do programa de forma automática.

Art. 16. Fica o Poder Executivo autorizado a criar condições para o deslocamento dos beneficiários participantes do programa.

Art. 17. Abertas e encerradas as inscrições para os interessados na obtenção dos benefícios do programa e sendo o seu número superior a 200 (duzentos), será observada a seguinte ordem de preferência:

- I - aos inscritos com maiores números de dependentes;
- II - às mulheres que forem arrimo de família, não casadas ou conviventes com marido ou companheiro aposentado ou em condições de trabalho;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
GABINETE DA PREFEITO

III – as famílias que tiverem em sua composição familiar crianças de 0 a 6 anos;

IV - aqueles que estiverem desempregados por maior tempo;

V - os mais idosos.

CAPÍTULO IX
DO MONITORAMENTO DO PROGRAMA

Art. 18. O programa terá seus resultados monitorados e avaliados por meio de indicadores definidos e de procedimentos de acompanhamento sistemáticos e específicos, para avaliar a aquisição das seguranças afiançadas pela Política de Assistência Social e pela Política de Geração de Trabalho e Renda, com vistas à autonomia familiar.

Art. 19. O repasse financeiro aos beneficiários do programa será em forma de pecúnia, disponibilizada por meio de um “cartão cidadão” ou através da conta bancária do usuário-beneficiário.

Art. 20. Sem prejuízo da sanção penal cabível, será obrigado a efetuar o ressarcimento da importância recebida o beneficiário que, dolosamente, tenha prestado informações falsas ou utilizado qualquer outro meio ilícito a fim de indevidamente ingressar ou manter-se como beneficiário do programa.

§ 1º O valor apurado para o ressarcimento será atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

§ 2º Apurado o valor a ser ressarcido, mediante processo administrativo, e não tendo sido pago pelo beneficiário, ao débito serão aplicados os procedimentos de cobrança dos créditos do Município, na forma da legislação vigente.

CAPÍTULO X
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21. É facultado ao Poder Executivo expedir, através de portarias, normas administrativas que entender necessárias, assim como, a aderir a planos ou programas da



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
GABINETE DA PREFEITO

mesma natureza, com fins subsidiários, mantidos pela União, Estado, suas fundações ou autarquias.

Art. 22. As despesas com a execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente destinadas a fins de Assistência Social e/ou aqueles de unidades públicas às quais os participantes prestarão suas colaborações, suplementadas se necessário. E, desde já, fica autorizado alteração a LOA de 2024 para inserção do presente Programa no Quadro de Despesa Orçamentária.

Art. 23. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 24. Revogam-se as disposições em contrário, bem como, de forma específica a Lei nº.: 365/2017.

Gabinete do Prefeito, São José de Caiana-PB, 16 de novembro de 2023.

MANOEL PEREIRA DE SOUZA
Prefeito Constitucional